



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000103-19.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Busca e Apreensão - Propriedade Fiduciária**
 Requerente: **Banco Bradesco S/A**
 Requerido: **ESQUINES CANGIANI**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Castilho Aguiar França**

BANCO BRADESCO S. A. ajuizou ação de busca e apreensão contra ESQUINES CANGIANI, com fundamento no artigo 66 da Lei nº 4.728/65 e no Decreto Lei nº 911/69, visando a apreensão do bem descrito a fls. 204, que lhe foi alienado fiduciariamente em garantia. A petição inicial veio instruída com cópia do contrato e outros documentos a ele vinculados, além da certidão de protesto/notificação.

Deferiu-se e cumpriu-se liminarmente a medida.

O réu foi citado e contestou o pedido, afirmando que a medida fere a Constituição e a Lei e que, embora estivesse em atraso, recebeu orientação do banco para pagar o valor de R\$ 1.180,50 e concretizar negociação, acreditando que eliminaria a busca e apreensão, tendo intenção de quitar o saldo devedor mediante refinanciamento.

O autor discordou de tais alegações.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O pedido se acha devidamente instruído.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Não há no pedido qualquer ofensa à Constituição Federal ou à legislação porquanto o réu é devedor de certa obrigação pecuniária perante o autor, sendo este o proprietário fiduciário do bem. Ao réu, nada obstante constituído em mora, assistia o direito de purgar a mora e recuperar o bem, o que não fez.

A purgação da mora, se tal intenção o réu tivesse, deveria compreender a totalidade da dívida contratual, nela considerando-se as prestações vencidas e as que se vincendas, tal qual a jurisprudência pacificada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

Superior Tribunal de Justiça - STJ.

DIREITO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. DECRETO-LEI N. 911/1969. ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELA LEI N. 10.931/2004. PURGAÇÃO DA MORA E PROSSEGUIMENTO DO CONTRATO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE PAGAMENTO DO TOTAL DA DÍVIDA (PARCELAS VENCIDAS E VINCENDAS).

- 1) A atual redação do artigo 3º do Decreto-Lei n. 911/1969 não faculta ao devedor a purgação da mora nas ações de busca e apreensão de bem alienado fiduciariamente.
- 2) Somente se o devedor fiduciante pagar a integralidade da dívida, no prazo de 5 (cinco) dias após a execução da liminar, ser-lhe-á restituído o bem, livre do ônus da propriedade fiduciária.
- 3) A entrega do bem livre do ônus da propriedade fiduciária pressupõe pagamento integral do débito, incluindo as parcelas vencidas, vincendas e encargos.
- 4) Inexistência de violação do Código de Defesa do Consumidor. Precedentes.
- 5) Recurso especial provido.

(STJ - Recurso Especial nº 1.287.402 - PR (2011/0245828-3) - Rel. Ministro Marco Buzzi - DJE. 18.06.2013)

Não houve purgação da mora, nem pretensão a respeito, exceto a realização de pagamento parcial de R\$ 1.180,50 (fls. 85), insuficiente para pagar até mesmo as prestações vencidas.

Diante do exposto, com fundamento no artigo 66 da Lei nº 4.728/65 e no Decreto Lei nº 911/69, acolho o pedido, declarando rescindido o contrato, consolidando em mãos do autor o domínio e a posse plenos e exclusivos do bem, cuja apreensão liminar torno definitiva, sendo facultada a venda pelo autor, na forma estabelecida no Decreto Lei nº nº



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

911/69. Oficie-se à CIRETRAN, comunicando estar o autor autorizado a proceder a transferência a terceiros que indicar. Permaneçam nos autos os títulos exibidos.

Observe o autor o disposto no artigo 2º do Decreto Lei 911/69.

Condeno o réu ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas e dos honorários advocatícios do patrono do autor arbitrados em 10% do valor da causa corrigido desde a data do ajuizamento da ação. A execução dessas verbas, porém, fica suspensa, nos termos do artigo 12 da Lei nº 1.060/50.

P.R.I.C.

São Carlos, 14 de abril de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**